

Comissão ganha poder de fiscalizar orçamento

17 MAI 1991 ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — O Congresso Nacional decidiu ampliar os poderes da Comissão Mista de Orçamento. A partir de agora, a comissão não só discutirá e votará os projetos anuais de orçamento, mas também acompanhará e fiscalizará sua execução. A mudança foi estabelecida pelo novo regulamento da comissão, aprovado ontem, que determinou ainda a ampliação de 84 para 120 em seu número de integrantes.

A nova regulamentação determina ainda o sistema de rodízio, tanto na indicação dos parlamentares como na escolha dos relatores gerais e parciais. Ao menos metade dos membros da comissão terá de ser renovada a cada ano, e nenhum deputado ou senador poderá permanecer nela por mais de dois anos consecutivos.

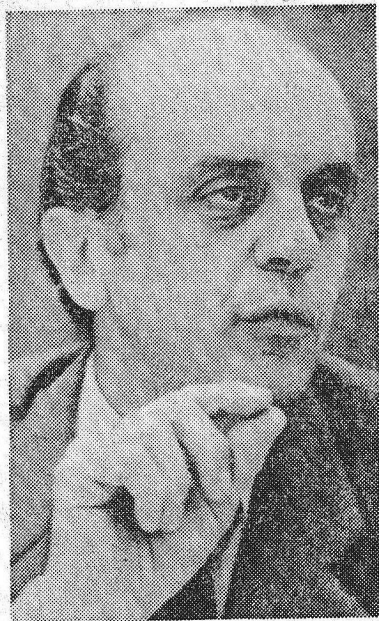
Esse foi o aspecto mais aplaudido, pois muitos parlamentares não se conformavam com o fato de algumas das principais funções da comissão estarem sempre nas mãos dos mesmos deputados, entre os quais João Alves (PFL-BA), Israel Pinheiro (PRS-MG), Cid Carvalho (PMDB-MA) e José Carlos Vasconcelos (PRN-PE).

O número de membros da comissão passará de 63 deputados e 21 senadores para 90 deputados e 30 senadores. A decisão causou protestos. O líder do PSDB na Câmara, deputado José Serra (SP), considerou os novos números exagerados e previu que o aumento irá prejudicar o próprio trabalho da comissão. "Não vai caber nem no plenário do Senado", disse.

Algumas lideranças tentaram também limitar em 30 o número de emendas ao orçamento que cada parlamentar

pode apresentar. Não conseguiram. "Já houve deputado que apresentou mil emendas", assinalou José Serra. "Vamos acabar com essa orgia eleitoreira", pediu a deputada Beth Azize (PDT-AM). Os apelos foram em vão.

O líder do PT na Câmara, José Genoíno (SP), tentou também retirar do texto do projeto o trecho que permite à comissão socilitar, para sua assessoria técnica, pessoal e recursos de fora do Congresso. "Pode vir por aí um trem-da-alegria", afirmou. Nenhum outro líder endossou a reclamação de Genoíno. O líder do PMDB, Genivaldo Correia (BA), e Serra argumentaram que a comissão, com suas novas atribuições de fiscalização, deveria poder contratar o serviço de especialistas.



AE

Serra: críticas à ampliação